

**EDcl no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.004 - BA (2019/0099102-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE** : LUCIENE RIBEIRO SANTOS CRUZ - ESPÓLIO  
**ADVOGADO** : SAMUEL CORDEIRO FAHEL E OUTRO(S) - BA011306  
**EMBARGADO** : JBS S/A  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO ROBERTO PRATES MAIA - BA004266  
BRUNO DE ALMEIDA MAIA - BA018921  
FERNANDA FERREIRA PINTO - BA049428  
**INTERES.** : CAMPELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por LUCIENE RIBEIRO SANTOS CRUZ - ESPÓLIO em face da decisão acostada às fl. 1191-1192 e-STJ, da lavra deste signatário, em que se foi concedida tutela provisória requerida por JBS S/A.

Essencialmente, com fundamento no poder geral de cautela do magistrado e considerando a demonstração de risco de dano com difícil reparação ao direito da ora embargada, foi concedida a medida acautelatória requerida, concedendo efeito suspensivo ao recurso especial, de modo a obstar levantamento de valores penhorados pelo sistema Bacen-Jud.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 2058-2268 e-STJ) a embargante alegou que: (i) a decisão foi omissa quanto à probabilidade do direito invocado, pois deveria ter indicado a teratologia da decisão atacada, a contrariedade da precedentes do STJ e a plausibilidade do direito; (ii) a embargada induziu o julgador a erro; (iii) a ordem de levantamento de valores foi emanada em sede de outro agravo de instrumento (autos nº 8026874-41.2018.8.05.0000), diferente desse que deu origem ao presente recurso especial e a esta Tutela Provisória, de modo que o Superior Tribunal de Justiça não poderia deferir nestes autos contra-cautela, obstando o cumprimento daquela decisão.

Esclareceu, quanto a esse ponto, que o magistrado de primeira instância indeferiu pedido formulado pela exequente, ora embargante, de levantamento de valores formulado nos autos do cumprimento de sentença nº 0021901-85.1995.8.05.0001. Essa decisão foi impugnada por meio de agravo de instrumento (nº nº 8026874-41.2018.8.05.0000, já mencionado), no bojo qual foi concedida antecipação de tutela para o prosseguimento da execução, independentemente do trânsito em julgado da sentença prolatada nos autos dos embargos à execução.

Ressaltou que o acórdão estadual recorrido decidiu simplesmente a concessão de tutela de urgência, de modo que o recurso especial é inadmissível, por força dos óbices contidos nas Súmulas 735/STF e 7/STJ. Afirmou que restou comprovada a sucessão em sede de embargos de terceiro, conforme a sentença proferida naqueles autos. Aduziu ser prática reiterada da ora embargada realizar negócios simulados de modo a ocultar sua condição como sucessora.

Asseverou, também, que a conduta da parte adversa é reprovável, o que foi verificado pelas instâncias ordinárias, nas quais houve, até mesmo, reconsideração de decisões favoráveis à ora embargada em virtude da leviandade denunciada.

Requeru o saneamento das referidas omissões e a reconsideração da decisão embargada para indeferir o pretensão cautelar.

Impugnação às fls. 2272-2283 e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

Os presentes aclaratórios comportam acolhimento para esclarecer obscuridade, sem efeitos infringentes.

**1.** Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material.

Nesse sentido: **EDcl no AgRg no Ag 1329960/SP**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; **EDcl no REsp 1597129/PR**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; **EDcl no AgRg na PET na Rcl 22.564/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

**2.** No caso em tela, a embargante afirma, em síntese, haver omissão e erro material na decisão impugnada, haja vista não ter havido aprofundamento quanto ao *fumus boni iuris* no caso, além de a ora embargada não ter apresentado todas as informações relativas ao julgamento dos embargos de terceiro na origem.

Apontou, ainda, obscuridade quanto aos efeitos do *decisum* embargado com relação à decisão proferida nos autos do agravo de instrumento nº 8026874-41.2018.8.05.0000, em que se determinou o prosseguimento do feito executivo.

Razão lhe assiste apenas em parte.

**2.1.** Não se vislumbram omissão ou erro material na decisão embargada. A concessão de efeito suspensivo a recurso especial, por meio de pedido de tutela provisória de urgência, demanda análise superficial da matéria, de forma que basta a demonstração de plausibilidade do direito invocado, sendo descabida a análise aprofundada do recurso especial, como pretende a embargante.

No caso em tela, verificou-se a possibilidade de êxito da tese defendida no apelo nobre quanto a não ser cabível a inclusão da parte adversa no polo passivo da demanda, em virtude do reconhecimento de sucessão empresarial ocorrido em outro feito, mas sem possibilidade de contraditório neste.

Evidentemente, a concessão da medida acautelatória, a qual se baseia em juízo perfunctório, não vincula a apreciação futura do apelo extremo, de modo que a superficialidade da análise não configura omissão na decisão embargada.

Rejeita-se, ainda, a suposta ocultação de informações, pois, às fls. 1110-1125 e-STJ a parte requerente trouxe a sentença proferida em sede de embargos de terceiro a qual, diversamente do quanto afirmado pelo embargante, não transitou em julgado, de forma que não seria o caso de decretar a perda de objeto do recurso especial.

**2.2.** Melhor sorte acolhe ao insurgente no que toca à obscuridade com relação à decisão proferida nos autos do agravo de instrumento nº 8026874- 41.2018.8.05.0000, submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Inicialmente, é relevante destacar que a decisão do magistrado singular na qual foi determinado arresto de bens da embargada e penhora *on-line* de valor em dinheiro foi

proferida nos autos do cumprimento de sentença 0021901-85.1995.8.05.0001, sob a égide do novo Código de Processo Civil, portanto, com fundamento no art. 301 do CPC/15, de modo que inexistente qualquer ação autônoma cautelar de arresto, como menciona o embargante.

Assim, a decisão interlocutória que deu origem ao recurso especial subjacente a esta Tutela Provisória de Urgência foi prolatada nos autos do mesmo feito em que se determinou o levantamento de valores em favor da ora embargante.

Em consulta ao sistema eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, constata-se que, nos autos do cumprimento de sentença, mesmo após a publicação da sentença que julgou improcedentes dos embargos de terceiro, o magistrado de piso proferiu decisão indeferimento o seguimento ao feito executivo, ante a oposição de embargos de declaração.

Desse *decisum* foi interposto agravo de instrumento nº 8026874-41.2018.8.05.0000, no qual, em sede de apreciação liminar, a Corte estadual entendeu ser devido o prosseguimento do cumprimento de sentença.

Ante esse comando, o magistrado de piso determinou o levantamento de valores, decisão essa que configura o perigo na demora identificado na decisão ora embargada, haja vista o cumprimento dessa ordem prejudicar o resultado útil do recurso especial.

Não houve - nem foi requerida - análise da legalidade da decisão proferida nos autos do agravo de instrumento nº 8026874-41.2018.8.05.0000, a qual tem alcance mais amplo do que a medida acautelatória ora analisada, uma vez que determina o prosseguimento do feito executivo em termos gerais, o que abrange quaisquer atos constritivos direcionados ao patrimônio não apenas da ora embargada, mas também do Cortume Campelo, originalmente demandado.

Desse modo, no intuito de afastar eventual obscuridade, deve ser esclarecido que a decisão proferida no bojo desta tutela provisória de urgência não cassou a decisão proferida nos autos do agravo de instrumento nº 8026874-41.2018.8.05.0000, de modo que permanece hígido o comando para o prosseguimento da execução, ressalvado apenas o levantamento dos valores penhorados por ordem do juízo em virtude da decisão de fls. 176-177, origem do recurso especial ao qual foi atribuído efeito suspensivo, de modo a garantir eventual resultado útil deste.

**3.** Do exposto, acolhem-se os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, para consignar os esclarecimentos expostos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator